

**A POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: uma análise crítica acerca dos triunfos e contradições<sup>1</sup>**

Eduardo Alvim Passarella Freire<sup>2</sup>  
Ícaro Marçal dos Santos Miranda<sup>3</sup>  
Rafael Castelo Tristão<sup>4</sup>  
Rafael Vasconcelos Andrade<sup>5</sup>  
Victoria Gomes Chaves Ribeiro<sup>6</sup>

**RESUMO**

O presente artigo pretende averiguar a eficácia das medidas utilizadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no combate à criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e os efeitos causados em regiões e cidades próximas. Sendo o tema de extrema relevância para os brasileiros, o objetivo da discussão é promover um conhecimento cronológico da formação das favelas e suas atribuições. A metodologia utilizada nesse artigo foram pesquisas bibliográficas e documentais a partir de livros, relatórios do governo, relatórios da PMRJ, jornais, artigos científicos e sites da internet. Pode-se concluir do presente artigo que a formação histórica das

---

<sup>1</sup> Este artigo foi desenvolvido no primeiro semestre de 2016, na disciplina “Linguagens e Interpretações” no primeiro período do curso de Direito sob à orientação da professora Rachel Zacarias.

<sup>2</sup> [passarellafreire@hotmail.com](mailto:passarellafreire@hotmail.com)

<sup>3</sup> [icaromira@yahoo.com.br](mailto:icaromira@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> [rafaelcristao@hotmail.com](mailto:rafaelcristao@hotmail.com)

<sup>5</sup> [victoriagcristao@gmail.com](mailto:victoriagcristao@gmail.com)

<sup>6</sup> [vasconcelosandrade@hotmail.com](mailto:vasconcelosandrade@hotmail.com)

favelas justifica grande parte das condições atuais dessas regiões. Além disso, conclui-se que os motivos de criação das UPPs pelo governo são controversos, o que não exclui os bons resultados obtidos até hoje. Entretanto, apesar dos triunfos há muito o que aprimorar no funcionamento da política de pacificação.

**PALAVRAS-CHAVE: FAVELA.UPP. MORADORES DE FAVELA. TRÁFICO. POLÍCIA. GOVERNO. POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO.**

## **INTRODUÇÃO**

A política de pacificação das favelas do Rio de Janeiro é um tema recorrente e de grande importância para todos os brasileiros, visto que as favelas fazem parte da realidade de muitos indivíduos e compõem o cenário urbano atual. A discussão do tema abrange aspectos relacionados ao modo de vida dos habitantes dos aglomerados subnormais e a polícia carioca convocada para realizar a pacificação nos morros, conhecida como Unidade de Polícia Pacificadora.

De acordo com IBGE (apud GARCIA,2011), o Estado do Rio de Janeiro apresenta aproximadamente 2 milhões de moradores nas favelas. A estatística indica que o esse grupo merece atenção especial por se tratar da qualidade de vida de milhares de brasileiros em situação precária e que, em números relevantes, utiliza o tráfico e a violência para superar a pobreza que o Estado não supre.

O que grandes pesquisadores colocam em pauta é se os anseios do Estado foram validados com a política de pacificação ou se essa atitude promoveu um possível aumento da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e até mesmo em cidades vizinhas.

Dessa forma, esse estudo tem como objetivo destacar e averiguar a eficácia das medidas utilizadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no combate à criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e os efeitos causados em regiões e cidades próximas, explorar e investigar os temas através de pesquisa bibliográfica e documental, além de estatísticas oficiais, as quais fazem entender de maneira simples as questões relacionadas ao aumento da criminalidade, a realidade das UPPs, do tráfico, dos moradores de favela e contribuem para o enriquecimento do texto.

Esse trabalho está dividido em três itens. O primeiro aborda a contextualização do histórico dos aglomerados subnormais, essenciais sobre a formação das favelas e revela um panorama histórico, realizado com a sustentação de historiadores conhecidos.

O segundo relata mais especificamente sobre as Unidades de Polícia Pacificadora e apresenta informações, que auxiliam o leitor a compreender o restante do texto da maneira pretendida.

O terceiro e último item descreve os efeitos nas favelas após a política de pacificação, haja vista que as problemáticas relacionadas às favelas do Rio de Janeiro quase sempre são pautas midiáticas e revelam um ponto de vista fantasioso, com inúmeras colocações preconceituosas de quem vive fora dessa realidade, pois o senso comum dos brasileiros é prejudicial à formação crítica dos indivíduos e alimenta o discurso de ódio.

## **1. BREVE E CONTEXTUALIZADO HISTÓRICO DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS**

### **1.1 A história da formação das favelas**

De acordo com Airton de Farias (2008), no ano de 1808, Portugal estava prestes a ser invadido pelas tropas de Napoleão Bonaparte e como não havia estrutura suficiente para deter a invasão, a corte real portuguesa deu início a fuga para o Brasil Colônia com quatorze navios, incluindo funcionários e pessoas ligadas à corte portuguesa. O autor relata que as chegadas dos navios foram divididas entre Salvador e a cidade do Rio de Janeiro, na qual foi instaurada a Corte Portuguesa. Como consequência, João Carlos Ramos Magalhães (2010) cita a expulsão de 30% da população carioca de suas residências para abrigar a grande demanda de funcionários vindos de Portugal, o que ocasionou uma migração dos cariocas para regiões à margem dos centros urbanos, como cortiços, moradias coletivas, formando, assim, as chamadas periferias, que aumentaram no ano de 1822 com a Independência do Brasil.

Segundo Magalhães (2010), em meados do século XIX, houve uma forte pressão para o fim do regime escravocrata no país e em 1880 vários quilombos abolicionistas já haviam se instaurado nas periferias do Rio de Janeiro como, por exemplo, o Quilombo da Penha, atual Vila Cruzeiro no “Complexo do Alemão”.

Além disso, para o referido autor, com o fim da escravidão e a ausência de políticas para a inserção dos ex escravos no mercado de trabalho e a garantia de recursos básicos de sobrevivência, como segurança, moradia, alimentação e saúde, a migração dessa população para cortiços, antigos quilombos e a construção de moradias em áreas ilegais em morros com alta periculosidade e defasagem, foi a solução para essa parcela desempregada do Rio de Janeiro.

Para Mattos (2004, p.1), as favelas no Rio de Janeiro são datadas do final do século XIX com a ocupação do Morro da Providência no centro da cidade por ex-combatentes da Guerra de Canudos, o qual descreve:

Entre 1893 e 1894, soldados que combateram a Revolta da Armada obtiveram licença do governo para morar no Morro de Santo Antônio, no Centro. Começava assim a história das favelas no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, em 1897, soldados retornados da Guerra de Canudos instalaram-se no já habitado Morro da Providência. No beligerante arraial baiano, a tropa do governo ficara na região de um morro chamado Favela, sendo esse o nome de uma planta resistente, que causava irritação no contato com a pele humana. Por abrigar pessoas que haviam tomado parte naquele conflito, o Morro da Providência foi popularmente batizado de Morro da Favela. O apelido pegou, e na década de 1920 as colinas tomadas por barracões e casebres passaram a ser conhecidas como favelas.

Ademais, segundo Oswaldo Porto Rocha (1995), o surgimento das favelas em maior quantidade foi incentivado pela “era das demolições das habitações populares” realizada pelo prefeito em atuação entre 1902 a 1906, Francisco Pereira Passos, que reformou a cidade do Rio de Janeiro, até então conhecida internacionalmente como “cidade morta” pela desordem e sujeira predominante nas ruas da cidade. A reforma contou com alargamento das ruas e, principalmente, com a demolição dos cortiços e habitações que abrigavam grande parte dos ex-escravos e desempregados. Através desse feito, esses habitantes, sem receber nenhuma espécie de indenização, ocuparam os morros mais próximos.

O Brasil passou por fortes alterações demográficas entre os anos de 1946 e 1964, fruto da urbanização acelerada segundo dados do IBGE, sendo que o número de habitantes aumentou cerca de 70%, pois havia 41.236.315 de habitantes em 1940 e em 1960 esse número subiu para 70.070.457 habitantes. Os grandes centros urbanos receberam grandes contingentes populacionais oriundos das zonas rurais e

em meados dos anos 60, a maioria da população já residia nas cidades. (KRILLOW; MARTINS, 2014).

Grandes estudos demonstram que, atrás desse grande processo de urbanização, houve uma forte industrialização (SINGER, apud MARTINS, 2014; KRILLOW, 2014). A industrialização no Brasil começou a surgir de maneira intensa a partir do governo de Getúlio Vargas, na Revolução de 30, em que o governo começou a comprar e queimar café para estabilizar a economia até então fragilizada. Ademais, Vargas investiu fortemente na industrialização, com a compra de equipamentos industriais de segunda mão, implementando o intervencionismo do Estado na economia. Entretanto, foi com a presidência de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) que as fábricas apareceram em maior quantidade para atender os processos de industrialização do país. (MENDONÇA, 1995).

Todavia, inúmeros estudos apontam que o êxodo rural, o qual levou vários brasileiros a morarem nos grandes centros urbanos (urbanização), foi maior que o número necessário de trabalhadores a serem absorvidos pelas fábricas. Aos desempregados restaram atividades de baixa remuneração e com condições precárias de trabalho (MERRICK, apud KRILLOW; MARTINS, 2014). Soma-se a isso, a falta de planejamento da cidade do Rio de Janeiro para abrigar os recém-chegados à cidade, ocasionando um “enfavelamento” da capital e levando a população a construir casas em regiões precárias para moradia. (KRILLOW; MARTINS, 2014).

Para os referidos autores, a historiografia urbana do Rio de Janeiro ainda é um controverso, pois muitos autores defendem ideias diversas sobre o surgimento das favelas. Porém, em suma, a favelização se deu antes mesmo da industrialização e da reforma das ruas do Rio de Janeiro por Pereira Passos, ou seja, o surgimento das favelas remonta à colonização europeia e a economia escravocrata, embora

todos tenham contribuído para o surgimento das favelas (ABREU, apud KRILOW; MARTINS, 2014).

## **1.2 O surgimento e a dominação do tráfico**

De acordo com Marek Polak (2014), o primeiro período dos grupos profissionais que praticavam atividades ilegais em exercício nas favelas foi entre os anos de 1950 a 1980. Nesse período, ocorreu o enriquecimento dos “bicheiros”, ou seja, donos de apostas de jogos ilegais, denominado “jogo do bicho”. O poder econômico dos bicheiros estava diretamente ligado ao poder político. Entretanto, suas atividades não carregaram consigo uma escala de violência encontrada hoje no Rio de Janeiro.

Os referidos autores ressaltam brilhantemente a predominância da família patriarcal na década de 60 e fazem uma alusão com a tipificação dos bicheiros nas comunidades, os quais se tornaram os patriarcas das favelas. Suas atividades não eram limitadas ao controle dos jogos e ao suborno policial, mas sim à prática do mecenato. Os bicheiros financiavam as escolas de samba, que é o maior exemplo de cultura nas favelas. Os autores Alba Zaluar e Marcos Alvito (2006, p. 135) explicitam essa passagem:

A “patronagem” dos bicheiros deu às escolas uma dimensão econômica e social até então impensável [...]. As escolas recebiam de suas comunidades reconhecimento, que era negociado com os políticos em troca da permissão da ilegalidade e do direito de lavar abertamente o dinheiro obtido no jogo.

Segundo Polak (2014), no final dos anos 70, surgiu um novo tipo de criminoso: os traficantes, os quais inicialmente eram empregados dos bicheiros,

mas, com o tempo, passaram a trabalhar de forma independente e venceram a autoridade de seus ex-empregadores nas favelas.

Para o autor, o surgimento em massa de drogas no Rio de Janeiro na década de 70 mudou a paisagem da cidade tanto para os cariocas quanto para os que não eram moradores. Zaluar e Alvito (2006, p.31) descrevem a chegada das drogas, a relação com o tráfico e a nova imagem assumida pela favela da seguinte forma:

Com a chegada do tráfico de cocaína em toda a cidade, a favela – onde as quadrilhas se armaram para vender no mesmo comércio que movimentava o resto da cidade e do país – passou a ser representada como covil de bandidos, zona franca do crime, hábitat natural das “classes perigosas”. Por extensão, assim o Rio de Janeiro passou a ser visto na mídia e no imaginário das pessoas no vasto território nacional.

Os referidos autores relatam a fraca proteção política aos aglomerados subnormais, os quais já tinham a pobreza como característica principal. Inevitavelmente, com as transformações econômicas promovidas pela Era Vargas e o surgimento de mão de obra barata nas favelas, as comunidades foram ainda mais impobrecidas. Como resultado, a favela foi excluída da vida econômica e, conseqüentemente, da vida política e social, o que originou cada vez mais a “delinquência” e a falta de perspectivas dos jovens, criando escapes para as drogas e fontes ilegais de renda.

Marek Polek (2014) acredita que outro elemento que influenciou o surgimento de novos grupos criminosos envolvidos no tráfico de drogas nas favelas foi uma política errônea das autoridades de penitenciárias do Rio de Janeiro. A colocação em massa de presos políticos e criminosos nas mesmas celas promoveram conseqüências infelizes, pois dentro das celas da praia de Dois Rios, na Ilha Grande (RJ), constituíam-se os pequenos traficantes de drogas.

Na praia de Dois Rios, precisamente no presídio Instituto Cândido Mendes, nos anos 70 surgiu o Comando Vermelho em meio ao regime militar. Várias gangues controlavam os presos, no entanto, a Falange Jacaré possuía destaque. As lideranças dessa gangue vinham do bairro Jacarezinho e de outros bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro. No entanto, em 1979 surge uma nova falange com ideias diferentes, a Falange Vermelha que desejava a paz na cadeia e o bem estar coletivo, tornando-se, dessa forma, conhecida nacionalmente como Comando Vermelho (LEMGRUBER; PAIVA, 2010).

Durante o governo de Leonel Brizola no início dos anos 80, as favelas se tornaram fortalezas de crime organizado e o poder dos traficantes dava-se através do terror. Nos lugares em que os traficantes assumiam o controle, o tráfico era organizado por hierarquia. O chefe localiza-se no topo do organograma e é responsável pela compra e distribuição de drogas e fornecimento de armas. O segundo lugar fica a cargo do gerente, que localiza os pontos específicos das vendas. Na parte inferior estão os observadores, os quais avisam a ameaça policial ou informam a chegada das drogas através de símbolos (fogos de artifício ou pipas, por exemplo (POLAK, 2014).

### **1.3A construção da relação dos moradores com o tráfico**

De acordo com Polak (2014), as relações na favela são baseadas em autoridade indiscutível do dono do morro (chefão), o qual tem poder sobre a vida e morte dos moradores da comunidade. As suas decisões têm poder de lei e os residentes das comunidades são obrigados a manter silêncio e não expor as organizações fora da favela.

Entretanto, para o autor, os traficantes estabelecem laços fieis a suas famílias, aos membros do comando e aos moradores de favela “governados” por eles. Os chefes cuidam das famílias dos traficantes mortos e auxiliam os que foram presos. Além disso, ajudam as pessoas da comunidade que apresentarem problemas financeiros ou relacionados à segurança. A forma de proceder dos traficantes no Rio de Janeiro se assemelha aos clãs da máfia italiana.

Os morros não são controlados apenas pelo uso do medo pelos chefões, mas ao longo do tempo estabelecem relação de confiança para com os moradores, pois se assemelham aos bicheiros ao criar eventos, como, por exemplo, bailes funk, melhorias no modo de vida das pessoas, oferecem patrocínio aos artistas locais e os tornam conhecidos. Os traficantes tornam o crime como algo digno de ser seguido por todos, com o poderio das melhores armas e de várias mulheres, ou seja, são sinônimos de heróis e, assim, criam vínculos importantes entre a autoridade e os moradores (POLAK, 2014).

Entretanto, para José Carlos da Silva (2006), os traficantes como sempre estão interessados nas vendas de drogas em massa, não medem esforços e muitas vezes colocam os moradores de favela em constante perigo com a disputa acirrada entre líderes do tráfico. A violência física é bastante comum nas favelas quando os moradores não respeitam os interesses dos traficantes.

## **2. AS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA**

### **2.1 Criação das Unidades de Polícia Pacificadora**

De acordo com Julita Lemgruber e Anabela Paiva (2014), as Unidades de Polícia Pacificadoras, iniciadas em dezembro de 2008, na Zona Sul do Rio de

Janeiro, têm como principal objetivo a retomada do domínio das favelas. Tal ponto abre espaço para outras questões nas quais as regiões também demonstram carência, e, assim, o próprio governo pode atuar com maior eficiência na infraestrutura de áreas onde não tinha acesso.

Tal motivo (segurança) é o ponto de partida. O governo do Rio de Janeiro, retomando tais áreas, é possibilitado a agir e a recriar melhores condições de vida para os cidadãos e de fato agir para melhor segurança. O ingresso do Estado permite avanços na infraestrutura, educação, saúde, cultura, esporte, lazer e ainda pequenos negócios, fundamentais para grandes eventos como a Copa do Mundo (LEITAO, 2015)

Leslie Leitão (2015) subiu o Complexo da Pedreira, e em resposta à Revista Abril sobre o que viu, chama a atenção para o poder do traficante e diz que as normas do morro é ele quem dita e quem não obedece às suas leis está sujeito a punições do tribunal do tráfico.

Ignácio Cano (2013) observa que tendo a segurança como principal pilar, o “segundo passo” é visto como consequência lógica, mas não seria um processo rápido, como a população deseja. Para ele, a favela não vai progredir de uma noite para o dia e isso é trabalho para dez a quinze anos. Ademais, o autor diz que em todos os lugares têm venda e consumo de drogas, até em Ipanema e Leblon. O desafio era erradicar o tráfico armado e retomar o controle dessas regiões, o que o Estado conseguiu realizar. Para ele, erradicar o tráfico nunca foi a meta, e sim retomar o controle.

Para o referido autor, o critério de implantação das UPP's é unicamente para melhoria da segurança da região. A falta de conhecimento e acesso às habitações precárias desfavoreciam a atuação do governo que perdia espaço para os carteis que ganhavam cada vez mais espaço.

Célio Lupparelli (2012) criticou as medidas nas favelas e observa que o fator externo que obrigou o governo a agir nas favelas foi a Copa do Mundo de 2014, visto que a cidade do Rio de Janeiro seria uma das sedes. A falta de investimentos e os serviços ineficientes foram as principais críticas. O autor também faz uma brilhante analogia histórica entre as políticas adotadas para a Copa do Mundo e as “leis para inglês ver” ocorridas no século XIX nos Estados Unidos.

O fato do tráfico ainda existir também é visto como contraditório, pois mesmo com a presença na favela, pela coerção e coação, as UPPs reduziram tais ações. Entretanto, o tráfico ainda ocorre e alimenta os morros financeiramente. Vale destacar ainda a violência existente entre os policiais e os traficantes, o que põe em risco a vida dos moradores (LEITÃO, 2015).

Por último, conceber o projeto das UPPs em um viés mais positivo deve ser considerado, por se tratar de um projeto com aplicação futura. Assim sendo, é necessário entender que os resultados não aparecerão em poucos anos. Os pontos contrários devem ser observados já que servem para melhoria e aperfeiçoamento do tratado, pleiteando o pleno sucesso, com segurança plena para os moradores e toda a população, conquistando, dessa forma, a plena realização dos direitos dos cidadãos através da alteridade (CANO, 2014).

## **2.2. As UPPs e o governo**

As UPPs iniciaram seu trabalho em 2008, quando o governo do Rio de Janeiro iniciou o trabalho de desarticular o crime organizado no referido estado. As áreas com elevada pobreza e miséria, entregues ao tráfico, após avaliações e estudos, são ocupadas pelos policiais. A primeira entrada ocorre através do BOPE, já que embora o objetivo seja uma entrada pacífica, traficantes locais não aceitam a

retomada governamental e o primeiro momento é bastante sangrento. (MAGALHÃES; SATRIANO; VALVEDINO, 2015)

Para Maria Inez Magalhães, Diego Valvedino e Nicolás Satriano (2015), após a implantação da sede, a delegacia local passa a trabalhar em parceria com o governo federal para a solução dos problemas. Aqui é fundamental destacar que as “conquistas” das regiões são relativamente lentas, já que o tráfico permanece, havendo certa privação da polícia por falta de recursos e homens no trabalho.

Para Cláudio Dedecca (2012), os investimentos governamentais são mais que necessários para manutenção das UPPs e para os investimentos que as favelas necessitam. Assim, com ajuda federal, o governo do Rio busca investir nas áreas sociais para garantir direitos básicos. Já citados no tópico anterior, a igualdade torna-se então o novo objetivo. É necessário analisar o acesso da população aos bens e serviços públicos como educação e saúde.

Para Luís Carlos Toledo (apud VOLTOLINI,2014), a ação dos policiais não cessa após a entrada já que eles se tornam agentes sociais e continuam a trabalhar na defesa da população local. Dessa forma, em parceria com outros setores, eles auxiliam na prestação de serviços básicos de saúde e educação principalmente, configurando uma grande conquista, pois até mesmo o transporte para outras áreas da cidade eram dificultados ou impossibilitados. O desafio da pacificação é a remoção dos obstáculos urbanísticos e arquitetônicos, com abertura de ruas para acesso aos serviços públicos e a diminuição dos índices de tuberculose.

De acordo com Marcelo Andriotti (2015), as ONGs entram em ação nesse momento e a parceria gera ótimos frutos para ambas as partes. Além de economizar com gastos públicos, o governo retorna com isenções de imposto para empresas e presta o auxílio quando necessário. O principal beneficiado é a população que passa a ter acesso a direitos básicos.

Para o autor, a implantação por parte do governo, na teoria, é perfeita e plena para todos, mas a realidade se mostra diferente, devido a problemas de ambos os lados. As regiões não recebem devidamente o dinheiro para investimentos e algumas UPPs são desligadas ou anexadas a outros setores que sofrem com a falta de investimento, e a população deixa de ser atendida novamente. Do outro lado, estão os traficantes, que mesmo com a presença da polícia, voltam a optar pela violência e por isso o sistema é dificultado.

De acordo com Gary Barker, José Luís Rattón e Tatiana Moura (2014), como vítima, temos a população local, que além de perder o atendimento oferecido pelo governo, volta a sofrer com o comando paralelo que presta o serviço necessário. Ou seja, o governo, embora seja legal, nem sempre é necessário e eficiente para a área. No paralelo, mesmo que clandestinos, oferecem todo o auxílio necessário para o povo. Surgem questões morais a serem questionadas. Além disso, para os autores, as UPPs conseguirão sucesso quando reconhecerem a verdadeira realidade dos moradores de favela e a maneira como foram criados.

### **2.3 A construção da relação dos moradores com a UPP**

De acordo com Ignácio Cano (2014), a chave principal para que haja um bom aproveitamento e para que se dê continuação ao projeto da implantação das UPPs nas favelas cariocas é a relação aproximada com os moradores primordialmente embasada no diálogo. No entanto, tal ação não tem se mostrado satisfatória, trazendo conseqüentemente, insatisfação e queda na popularidade do programa. A queixa parte particularmente dos próprios moradores que se encontram habituados com a forma de agir dos policiais e se dizem insatisfeitos com a forma com que vem se estendendo o desenrolar da atuação dos PMs. A manifestação parte

principalmente da falta de educação e o abuso de autoridade praticado por quem é especialmente designado para auxiliar na vida cotidiana dos moradores.

Para o referido autor, partindo da premissa de que os residentes das áreas anteriormente ocupadas por traficantes sofriam regularmente com ameaça a sua segurança e integridade física, o que era esperado por parte dos moradores era uma maior participação dos agentes de segurança para zelar por algo que há muito tempo os habitantes dali não tinham.

Para Jeimison Barbosa (apud BATISTA, 2013), o grande desafio é exatamente a construção de uma relação de confiança entre o morador e o soldado, assumindo que esse é o aspecto no qual mais tem havido falhas, mas que o principal fato a ser analisado é a construção de várias outras conquistas obtidas após os decorridos 5 anos de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora como elevação do índice de cobertura de saúde preventiva, de 3% para 75% nas regiões pacificadas, redução de 48% nos homicídios e também de roubos não só nas comunidades onde estão as UPPs, mas também nas áreas do entorno, trazendo segurança a toda população do Rio de Janeiro.

Com base no balanço do impacto da UPP, o mais correto seria afirmar que ainda prevalece entre os moradores certa perplexidade em face de uma polícia que ocupa de forma ostensiva e permanente seus territórios, e que vigia todos os seus espaços, submetendo sua rotina a amplo controle, intimidando o morador e causando certos constrangimentos em ações preventivas ou de manutenção da ordem. Muito reivindicado pelos cidadãos é a falta de compostura por parte dos agentes ao realizarem revistas rotineiras, ocasionando muitas vezes revoltas e constrangimentos com o abuso de autoridade usado por membros de certas unidades (AMOROSO; BRUM; BURGOS; CAVALCANTI, 2014)

Sandra Jovchelovitch (2012), coordenadora de um estudo realizado na universidade *LondonSchoolofEconomics* (LSE), aponta que, tanto do lado de policiais quanto do de moradores de quatro favelas cariocas (Cidade de Deus, Cantagalo, Madureira e Vigário Geral), a adoção das UPPs está mudando a conflituosa relação entre a polícia e moradores, isso porque cerca de 55% dos 200 moradores de favelas entrevistados na pesquisa citaram "mudanças positivas" em suas comunidades desde a chegada das UPPs e no ponto de vista dos policiais também vem ocorrendo mudança de mentalidade.

### **3. OS EFEITOS APÓS A POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO**

Segundo o Instituto de Segurança Pública (apud MELO, 2014), desde a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), os índices de criminalidade apresentam melhoras expressivas nas áreas atendidas com policiamento de proximidade. Ademais, houve queda de 80,7% na letalidade violenta, que envolve crimes de homicídio doloso, latrocínio, homicídio decorrente de intervenção policial e lesão corporal seguida de morte.

De acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública (apud MELO, 2014), um grande exemplo dessa queda nos índices de criminalidade são os homicídios dolosos que reduziram em 65,5%. Outro índice que também ajuda a explicar as melhorias causadas pelas UPPs é a diminuição dos autos de resistência (mortes em operações policiais), o qual teve redução em 90,72% no período analisado. Por outro lado, a apreensão de drogas cresceu 264,4%. O levantamento aponta ainda redução nos roubos de rua (59,8%), nas armas apreendidas (78,2%) e nas ocorrências com flagrantes (246,2%).

Frederico Caldas (apud CANO, 2014), comandante da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), cita através do texto do Governo do Rio de Janeiro que os números revelam as grandes conquistas do processo de pacificação. “A redução de homicídios e de crimes violentos, aliada ao aumento dos resultados operacionais, indicam que o trabalho desenvolvido pelas UPPs tem alcançado os objetivos de preservação e valorização da vida e da liberdade. Ainda existem muitos desafios pela frente, mas às vésperas de completar seis anos, o processo de pacificação apresenta resultados importantes”, avalia.

Ignácio Cano (2014), sociólogo do Laboratório de Análise de Violência da UERJ, considera o fim das incursões policiais como fator fundamental para a redução dos índices de criminalidade. Mas ele pondera que é preciso analisar os números ano a ano, para detectar a situação do momento e saber se há uma tendência de interrupção na queda da criminalidade.

O aumento crescente da violência no Rio de Janeiro demonstra que o governo ainda não acertou a fórmula para combater a criminalidade na cidade e o seu plano de segurança pública está defasado. Especialistas avaliam os estudos divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (2013) e atribuiu esse fenômeno a dois fatores. Um é a mudança de tática de marginais que saíram das favelas pacificadas e estão cometendo delitos em áreas centrais do Rio e ao seu entorno (cidades vizinhas). O outro diz respeito ao deslocamento dos Policiais Militares responsáveis pelo policiamento nas ruas para atuarem nos recentes protestos populares. Enquanto essas questões não forem alinhadas, a Cidade Maravilhosa continuará vulnerável aos crimes e à violência (CAVALCANTE, 2013).

Um ponto abordado pelo especialista em segurança pública, Vinicius Cavalcante (2013) é o nascimento de uma mudança de estratégia da bandidagem, que com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) trocaram as

comunidades por regiões em seu entorno. Cavalcante (2013) avalia que os delitos de maior frequência na cidade são típicos dos marginais de segundo escalão, que deixaram os morros e caíram na clandestinidade.

Para Dario de Negreiros (2014), os avanços da pacificação e precariedades das UPPs são quase sempre ambíguos pelas falas dos moradores de áreas pacificadas do Rio de Janeiro. Elogios às melhores trazidas pelo projeto, críticas à violência policial, reconhecimento do aumento do sansão de segurança, medo e desconfiança dos assustadores armamentos de guerra que portam os policiais: afirmações de sinais opostos são comumente ouvidas em sentenças contíguas, do mesmo falante.

O estudo “Os donos do morro” mostra que áreas pacificadas experimentam uma redução de quase 75% no mínimo de mortes violentas. Os roubos também tiveram forte diminuição: mais de 50%. (CANO, 2014).

De acordo com Luiz Eduardo Soares (2012), há sim a redução dos homicídios dolosos em regiões em que as UPPs funcionam, pois, os dados são precisos e nítidos.

Para Carolina Cunha (2014), além do fim das incursões em regiões pacificadas, a diminuição da circulação de armas possui uma já conhecida relação com a queda do índice de homicídios. De fato, não há morador que não se refira ao fim dos tiroteios com uma das principais conquistas do projeto.

O Instituto de Segurança Pública (apud CUNHA, 2012) afirma que as UPPs já mostram resultados positivos na redução da violência como a queda do índice de homicídios nas comunidades pacificadas. Em 18 comunidades com UPPs do Rio, foi registrado uma média de 8,7 homicídios por 100 mil habitantes, menos da metade da taxa média do país, 24,3.

Apesar disso, o estudo do Instituto de Segurança Pública (apud CUNHA, 2012) demonstrou que a violência cresceu no estado. O número de homicídios aumentou 23,6% de março deste ano em comparação com o mesmo mês de 2013. Especialistas avaliam que o avanço das UPPs teria deslocado a atuação de bandidos para áreas onde não há policiamento suficiente.

### **CONCLUSÃO**

Visualizando todo o exposto, pode-se concluir que a política de pacificação necessita de melhorias consideráveis para que atinja seu objetivo inicial e promova uma real melhoria nas favelas para os moradores das comunidades e de toda a região vizinha. Entretanto, é possível observar que há melhoras significativas na vida de alguns moradores, mesmo que haja uma ambiguidade nos fatos relatados pelos próprios em várias pesquisas realizadas.

Em relação ao processo de formação histórico das favelas, é possível concluir que as favelas são fruto de habitações construídas devido à pobreza e à falta de políticas do Estado que resguardassem as famílias menos abastadas, além da inexistência de um planejamento efetivo nos anos de urbanização e expansão das cidades. Soma-se a isso, a conclusão de que o tráfico possui motivos históricos sólidos para sua constituição e domínio nas favelas, levando sempre a um denominador comum: a pobreza, que estimula os jovens a seguirem a venda de drogas e o porte de armas como alternativas para o sucesso financeiro e social.

Os motivos de criação para as Unidades de Polícia Pacificadora são bastante controversos. Mesmo que o governo explique os motivos da construção, os argumentos utilizados por críticos não deixam de ser uma possível realidade. A Copa do Mundo não deixa de ser um motivo relevante para a instauração das UPPs

nos aglomerados subnormais, visto que a cidade do Rio de Janeiro foi uma das sedes do evento e precisava do controle da violência.

Por fim, o aumento da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e em cidades vizinhas demonstra que o governo ainda não conseguiu a fórmula perfeita para combater a criminalidade. Contudo, pode-se observar que houve uma queda na criminalidade após as instalações das UPPs. Portanto, pode-se afirmar que estas realizaram um trabalho eficiente nas comunidades, visto que vários índices sobre a criminalidade sofreram um decréscimo, mas é imperioso que outros avanços aconteçam nesse processo de pacificação.

## REFERÊNCIAS

ALVITO, Marcos.; ZALUAR, Alba. **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMOROSO, Mauro et al. O efeito UPP na percepção dos moradores de favela. **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**. n. 11. ago/dez, 2011. Disponível em: <<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>>. Acesso: 12 jun. 2016

ANDRIOTTI, Marcelo. Favela Mundo inaugura um novo polo de trabalho na Cidade de Deus. **Unidade de Polícia Pacificadora**. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/favela-mundo-inaugura-novo-polo-de-trabalho-na-cidade-de-deus?options=Borel>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BARKER, Gary; RATTON, José Luis; MOURA, Tatiana. A guerra não declarada contra os jovens negros brasileiros. **Huffpost Brasil**. fev. 2014. Disponível em: <[http://www.brasilpost.com.br/tatiana-moura/story\\_b\\_4760466.html](http://www.brasilpost.com.br/tatiana-moura/story_b_4760466.html)>. Acesso em: 14 jun. 2016

BATISTA, Soraya. PM troca comando das Unidades de Polícia Pacificadora. **Unidade de Polícia Pacificadora**. set. 2013. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/pm-troca-comando-das-unidades-de-policia-pacificadora>>. Acesso em: 12 jun. 2016

CANO, Ignácio. Índices de criminalidade reduzem com UPPs nos últimos seis anos. **Ministério da Segurança. Governo do Rio de Janeiro**. dez. 2014. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/indices-de-criminalidade-reduzem-com-upps-nos-ultimos-seis-anos>>. Acesso: 13 jun. 2016.

CAVALCANTE, Vinicius. Como pacificar áreas conflagradas pelo crime?. **Site da Segurança**. Disponível em: <<http://www.sitedaseguranca.com.br/como-pacificar-areas-conflagradas-pelo-crime-enquanto-a-sociedade-torna-o-traffic-rentavel-com-sua-dependencia-das-drogas-vinicius-cavalcante/>>. Acesso em: 11 jun. 2016

CUNHA, Carolina. Segurança pública: em seis anos da implantação, UPPs ainda enfrentam desafios nas comunidades do Rio. **Vestibular Uol**. mai. 2014. Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/seguranca-publica-em-seis-anos-de-implantacao-upps-ainda-enfrentam-desafios-nas-comunidades-do-rio.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

DEDECCA, Claudio Salvadori. A redução da desigualdade e seus desafios. **Repositório**. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3383/1/td\\_2031.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3383/1/td_2031.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2016.

FARIAS, Airton de. **A vinda da família Real para o Brasil**. 5. ed. atual. Recife: Construir, 2009.

GARCIA, Janaina. Mais de 11 milhões vivem em favelas no Brasil, diz IBGE; maioria está na região Sudeste. **Uol**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/21/mais-de-11-milhoes-vivem-em-favelas-no-brasil-diz-ibge-maioria-esta-na-regiao-sudeste.html>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Unidades de Polícia Pacificadora. **Governo do Rio de Janeiro**. mar. 2015. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=61>>. Acesso em: 15 de jun. 2016

JOVCHELOVITCH, Sandra; PRIEGO-HERNANDEZ, Jacqueline. Desenvolvimento social em favelas do Rio de Janeiro: um guia prático. **London School of Economics and Political Science**. London: 2015

KRILOW, L. S. W.; MARTINS, L. C. P. Cidades em transformação: industrialização, urbanização e imprensa nos anos 50. **1º Colóqui Internacional de História Cultural da Cidade**. Porto Alegre: Anais do 1º Colóqui Internacional de História Cultural da Cidade, 2015.

LEITÃO, Leslie. Ex-comandante de UPP e 7 PMs são condenados por morte de Amarildo. **Revista Veja**. jan. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/trafico-expulsa-upp-de-dois-morros-na-zona-norte-do-rio>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

LEMGRUBER, Julita; PAIVA, Anabela. **A dona das chaves - uma mulher no comando das prisões do Rio**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LUPPARELLI, Célio. Moradores reclamam da UPP. **Blog do Célio Lupparelli**. Disponível em: <<http://lupparelli-acritica.blogspot.com.br/2012/11/moradores-reclamam-da-upp.html>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

MAGALHÃES, Maria Inez; VALVEDINO, Diego; SATRIANO, Nicolás. Policiais do Bope e do Choque entram e PMs de UPP deixam Jacarezinho. **O dia**. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-12-07/policiais-do-bope-e-do-choque-entram-e-pms-de-upp-deixam-o-jacarezinho.html>>. Acesso em 15 de jun. 2016.

MAGALHÃES, João Carlos Ramos. Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro. **Desafios do desenvolvimento**. v. 7. n. 63. out/nov. 2010. Disponível em: <[http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1111:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1111:catid=28&Itemid=23)>. Acesso: 23 mai. 2016.

MATTOS, Romulo Costa. "Aldeias do mal". **Revista de História**. v. 25. n. 1. out/nov. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>>. Acesso: 31 mai. 2016

MELO, André Gomes de. Índices de criminalidade reduzem com as UPPs nos últimos seis anos. **Unidade de Polícia Pacificadora**. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/indices-de-criminalidade-reduzem-com-upps-nos-ultimos-seis-anos>>. Acesso em: 15 jun. 2016

MENDONÇA, Sônia. **A industrialização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

NEGREIROS, Dario de. UPP: os cinco motivos que levaram à falência do maior projeto do governo Cabral. **Revista Fórum**. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/02/12/upp-os-cinco-motivos-que-levaram-a-falencia-o-maior-projeto-do-governo-cabral/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

POLAK, Marek. Relações de poder na favela carioca: um breve esforço analítico. **Espaço e Economia**. v. 3. n. 5. dez. 2014. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/1141>>. Acesso: 29 mai. 2016.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Coleção, 1995.

SILVA, José Carlos da. Como é o tráfico na favela?. **Revista Superinteressante**. n. 234. dez. 2006. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/como-e-o-trafico-na-favela>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. **UPP: origens, perspectivas, contextos institucionais e conjunturas políticas**. dez. 2011. Disponível em: <[www.luizeduardosoares.com](http://www.luizeduardosoares.com)>. Acesso em: 13 jun. 201

VOLTOLINI, Artur. Pezão: “Pezão: Se teve um governo que não compactuou com erro do PM foi o nosso”. **Brasil 247** Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/155556/Pezão-Se-teve-um-governo-que-nao-compactuou-com-erro-do-PM-foi-o-nosso.html>>. Acesso em: 21 jun. 2016.